

Publicado em:

Pedro Paulo Abreu Funari e Renata Senna Garraffoni, *História Antiga na Sala de Aula*. Campinas, IFCH/UNICAMP, Julho de 2004, Textos Didáticos n. 51, 90 pp., ISSN 1676-7055.

História Antiga na Sala de Aula

Pedro Paulo Funari¹

Renata Senna Garraffoni²

INTRODUÇÃO

Como professores na área de História Antiga conhecemos, na prática, as dificuldades de se encontrar instrumentos didáticos para o ensino da disciplina. Diante desta situação, pareceu-nos oportuno selecionar um material que trata de diferentes civilizações antigas e reunir em um volume, com o intuito de organizar um instrumento didático de fácil acesso e que contemple discussões atuais em torno das problemáticas do mundo antigo. Este pequeno volume representa, ademais, um esforço de reflexão conjunto da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal do Paraná, no sentido tanto de facilitar o acesso ao estudo da História Antiga, como de apresentar reflexões recentes na literatura internacional para o público brasileiro. Esta iniciativa é o resultado de

¹ Professor Titular de História Antiga da Universidade Estadual de Campinas, Coordenador-Associado do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/UNICAMP), líder de grupo de pesquisa CNPq/NEE (ppfunari@uol.com.br).

² Professora de História Antiga da Universidade Federal do Paraná, pesquisadora associada do NEE/UNICAMP e CPA/UNICAMP (resenna@hotmail.com).

cursos de graduação que ministramos, a quatro mãos, na Universidade Estadual de Campinas, com resultados muito positivos, por parte dos alunos, que perceberam como a História Antiga podia servir como instrumento de reflexão histórica crítica, útil para sua carreira docente e de pesquisa, em qualquer nível ou área de especialização. Reflete, também, nossa experiência em cursos de História Antiga em universidades estrangeiras, em particular com a ênfase, nos últimos anos e nos grandes centros, com uma abordagem crítica dos modelos normativos e homogêneos de cultura e sociedade. Apresentamos, ainda, um *paper* sobre a História Antiga nos livros didáticos, já discutido em diversos fóruns e que se relaciona ao tema mais amplo do ensino da disciplina.

Esta coletânea não visa esgotar o assunto, mas pelo contrário, o principal objetivo reside em chamar a atenção para as diversas possibilidades de explorar o mundo antigo na sala de aula, sugerindo algumas alternativas para uma renovação do ensino de História Antiga e um repensar de posturas tradicionais, que muitas vezes acabam reforçando idéias preconcebidas das sociedades antigas de maneira acrítica³.

A partir de uma seleção de mapas e exemplos de documentos de época, visamos incentivar o professor a abordar diferentes aspectos destas sociedades e estimular reflexões, em sala de aula, sobre estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais da Antigüidade. Além disso, ressaltamos a importância da crítica dos discursos sobre a Antigüidade, presentes na sociedade contemporânea para despertar no aluno o interesse pela História Antiga e pela produção autônoma do conhecimento.

Com estas preocupações em mente, optamos por dividir o volume em quatro partes. Em primeiro lugar apresentamos um item intitulado *Discussões teóricas recentes*, no qual discutimos questões ligadas ao orientalismo e estudos sobre Grécia e Roma. Em seguida, no item *Cultura Material e Fonte escrita*, ressaltamos a importância do diálogo entre Arqueologia e História na produção de interpretações mais heterogêneas das sociedades antigas. Em terceiro lugar, incluímos o *artigo com reflexões* sobre a História Antiga nos

³ Cf. FUNARI, P.P. A. “A renovação no ensino de História Antiga”, *História na Sala de Aula*, Leandro Karnal (org.), São Paulo, Contexto, 2003, 95-108.

livros didáticos e, por fim, apresentamos um **pequeno catálogo** com mapas e documentos de época para utilização como material didático em aulas sobre Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma.

Ressaltamos que a nossa intenção não reside em apresentar roteiros de aulas, mas sim incentivar a utilização de fontes primárias em sala de aula, a reflexão crítica de conceitos e a produção de conhecimento de maneira mais prazerosa.

DISCUSSÕES TEÓRICAS RECENTES

Repensando conceitos

O século XIX é considerado, por muitos pesquisadores, como fundamental no processo de criação de diferentes maneiras para expressar a relação dos homens com o passado. É neste momento, por exemplo, que o romance e a pintura histórica se difundem, além dos museus se constituírem como elemento fundamental na criação das identidades nacionais⁴. Neste processo, a História e Arqueologia desempenharam um importante papel: em um contexto de expansão europeia, os intelectuais buscaram nos romanos e gregos as referências para a criação do conceito de *Cultura Ocidental* e estabeleceu Egito e Mesopotâmia como a base para o conceito de *Cultura Oriental*.

Ao se profissionalizarem, estas disciplinas passaram a ter o *status* de *Ciência*⁵ e, conseqüentemente, tornaram-se um instrumento poderoso para a construção de interpretações objetivas, distanciando-se de outras formas de estudos do passado. Em um período de intensos investimentos científicos, os esforços dos especialistas se multiplicaram e a coleta de dados culminou com o desenvolvimento de variados métodos para a elaboração de modelos explicativos sobre o mundo antigo.

As periodizações, empregadas ainda hoje, como Pré-História (povos sem escrita) e História (povos que dominavam a escrita), por exemplo, datam desta época. Além disso, conceitos tão familiares como *Helenismo* ou *Romanização* e idéias como a ociosidade das camadas populares gregas e romanas ou a concepção de dependência de egípcios e mesopotâmicos da Natureza para o desenvolvimento de suas economias também tomaram forma a partir deste momento e ainda aparecem em trabalhos acadêmicos ou livros didáticos.

⁴ Sobre esta questão, cf., por exemplo, BANN, S., *As invenções da História – Ensaio sobre a representação do passado*, Ed. Unesp, S.P., 1990.

⁵ No caso particular da História cabe destacar que muito se discutiu sobre o seu lugar, se pertenceria ao campo da *arte* (narrativa, literatura) ou se poderia ser considerada uma *ciência objetiva*. Sobre esta questão, cf., por exemplo, WHITE, H., “O fardo da História”, in: *Trópicos do discurso*, Edusp, S.P., 1994, pp. 39-63.

Destacamos estes aspectos para ressaltar que durante muito tempo as *periodizações* e os *conceitos* foram tomados como naturais. Nas últimas décadas, no entanto, especialistas tem chamado a atenção para o fato de que tais definições são produtos das escolhas do historiador e, portanto, não são neutras. Esta postura rompe com visões mais tradicionais da historiografia e estimula um repensar da dinâmica do ofício do pesquisador, apontado para uma postura crítica no processo de produção do conhecimento.

Neste sentido, a problematização da metodologia empregada torna-se fundamental. Por meio deste exercício percebemos, por exemplo, que eventos importantes para um estudioso marxista podem não ser os mesmos para aqueles que trabalham com uma perspectiva de gênero ou que modelos normativos não dão conta de explicar a diversidade cultural dos povos estudados. Partindo deste ponto de vista, apresentaremos, a seguir, algumas reflexões que estimulam um repensar dos recortes tradicionais e buscam alternativas para a produção de interpretações sobre o mundo antigo.

Egito e Mesopotâmia

O estudo das civilizações que se desenvolveram às margens dos rios Nilo, Tigre e Eufrates, de grande tradição, tem passado por um reexame crítico. Em particular, convém perscrutar as origens do discurso que contrapõe o Ocidente ao Oriente, como se houvesse civilização no Ocidente e barbárie no Oriente. Na verdade, o Egito e a Mesopotâmia têm passado, apenas, como iniciadores da civilização, que teria passado, como se fosse uma tocha, para gregos e romanos e, depois, para a moderna civilização capitalista euro-americana. De maneira sintomática, os habitantes contemporâneos do Egito e da Mesopotâmia, árabes, são ignorados, como se não existissem. Um grande clássico a este respeito, a ser usado com leitura atenta, pois suas obras são muito eruditas, é o recém falecido autor palestino Edward Said. Said publicou diversos livros sobre o surgimento e configuração do estudo do Oriente, desde o século XVIII, com diversas obras já traduzidas para o português, em particular o seu *Orientalismo*. Muito relevantes, também, são os estudos do cientista político norte-americano, Martin Bernal, autor do livro, ainda não traduzido *Black Athena*, que dissecou as origens, nos séculos XVIII e XIX, da criação de um discurso ‘científico’ que justificaria a superioridade ariana, indo-européia, frente à inferioridade e barbárie dos semitas, categoria analítica que ainda domina muitos estudos do Oriente. Publicamos, há algum tempo, texto de Bernal⁶, que sumariza algumas dessas discussões.

Se superarmos essas faltas dicotomias, entre civilização ocidental e barbárie⁷, podemos tratar de outras questões relevantes, como a africanidade da civilização egípcia, a começar das origens africanas de sua língua. Este tema é importante no contexto brasileiro, com a presença africana tão notável em nossa História e cultura. O mesmo pode dizer-se do papel da mulher na sociedade egípcia, também interessante à luz das modernas teorias de relações de gênero, em desafio direto à visão tradicional e masculina do passado. A mesopotâmia, com sua miríade de experiências sociais, constitui um grande elemento a ser

⁶ FUNARI, P.P.A. (org.), *Repensando o Mundo Antigo*, textos de Martin Bernal e Laurent Olivier, tradução de Fábio Adriano Hering e Gláydson José da Silva. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2003. ISSN 1676-7055, 62 pp. (Coleção Textos Didáticos n. 49).

contraposto à visão redutora da chamada ‘barbárie oriental’ justificaria, milhares de anos depois, a invasão do Iraque. Essas antigas culturas, tão ricas e variadas, mostram-se, assim, fatores de reflexão crítica.

⁷ Cf. FUNARI, P.P.A., Resenha de Thomas C. Patterson, “Inventing Western Tradition”, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997, *Crítica Marxista*, 12, 2001, 172-174.

Grécia e Roma

Muitos dos conceitos empregados para o estudo do mundo greco-romano tiveram origem no século XIX e, embora tenham sido resignificados em diferentes ocasiões, seguiram presentes nas interpretações dos estudiosos durante o século XX. Destacamos aqui, como exemplo, dois deles: *Helenismo e Romanização*. Estes conceitos, muito difundidos nos estudos sobre o mundo clássico, foram empregados de diferentes maneiras ao longo dos últimos anos. *Discutir seus diversos usos é uma estratégia interessante para percebermos como as opções políticas do historiador interferem na produção de leituras sobre o passado.*

Helenismo

Os gregos, em geral, definiam-se como helenos, mas a historiografia moderna convencionou chamar de Helenismo um período específico da Antigüidade que compreende as conquistas de Alexandre, o Grande (336 a.C.) até o domínio romano da Grécia, isto é, 146 a.C.⁸.

Por volta de 336 a.C. Alexandre conquista uma grande extensão territorial que permanece sob seu comando até sua morte. Quando Alexandre morre seu Império é dividido em três reinos centrados na Macedônia, no Egito e Mesopotâmia.

Esta nova configuração territorial indica uma série de mudanças com relação ao período da Grécia Clássica: as cidades-estados, como Atenas e Esparta, perdem influência política em virtude do fortalecimento das Ligas comerciais como a de Delos ou do Peloponeso. Vale a pena ressaltar que, embora muitas cidades-estados percam sua autonomia sob o comando de Alexandre, neste período há a construção de cidades gregas no chamado Oriente Próximo, o que indica a permanência da vida urbana como um importante valor para os gregos.

⁸ Sobre esta questão, cf. FUNARI, P.P.A., *Grécia e Roma*, Ed. Contexto, S.P., 2001.

Outra característica marcante do período diz respeito aos os contatos culturais que foram intensos. A convivência de inúmeros povos, com dezenas de línguas distintas, governados por uma elite que tinha a língua grega como oficial propiciou a circulação da religião, sistemas educacionais e tradições gregas.

Há inúmeros exemplos destas trocas. Na religião podemos destacar o papel desempenhado pelos cultos a deusa Ísis. Esta deusa, de origem egípcia, passa a circular no mundo helenístico e, posteriormente, é incorporada a religião romana. Já na Filosofia o Estoicismo é um bom exemplo de como elementos de diferentes culturas são resignificados. De origem fenícia, o Estoicismo se baseava, em linhas gerais, na idéia em que o homem deve viver de acordo com a Razão. A partir dos contatos com os povos gregos este pensamento filosófico é reinterpretado e, posteriormente, durante época romana, com Sêneca e Marco Aurélio passa a ser uma grande fonte de inspiração para o cristianismo. Assim, se pensarmos a relação Ocidente/Oriente, o Estoicismo, com sua múltipla origem que inclui o pensamento oriental, tornou-se parte muito importante do desenvolvimento da visão de mundo e cultura Ocidental.

Embora tenha sido um período bem curto durante a Antigüidade, a repercussão da chamada cultura helenística foi muito intensa. O impacto das conquistas de Alexandre foi profundo não só entre os povos que viveram no período, como os que viveram posteriormente. A construção de uma imagem de Alexandre como um poderoso guerreiro está presente na memória dos povos gregos e romanos.

Funari no livro *Antigüidade Clássica* exemplifica esta situação⁹. No capítulo *Memória* apresenta três documentos de diferentes categorias e datas, cujo tema central é a batalha de Íssus em que Alexandre vence Dario, rei dos persas: o texto de Arriano Xenofonte (meados do século II d.C.), um mosaico pompeiano e uma inscrição epigráfica, em que se celebra a figura de Alexandre como um grande conquistador.

⁹ FUNARI, P.P.A., *Antigüidade Clássica: História e Cultura a partir dos documentos*, Ed. da Unicamp, Campinas, 1995.

Estes documentos chamam atenção para desempenho militar da figura de Alexandre. A disputa entre generais parece ser o principal tema abordado, pois era de fundamental importância a participação do general na guerra na Antigüidade. No entanto, Alexandre não se tornou símbolo de um guerreiro vitorioso, mas de um comandante com virtudes louváveis no campo de batalha e na vida pública.

A idéia de Alexandre como chefe militar com feitos heróicos não se restringiu à Antigüidade. No final do século XIX e início do XX, em época de imperialismo francês e inglês, estes valores são resignificados e ajudam a legitimar o colonialismo moderno. Durante muito tempo, as vitórias de Alexandre foram consideradas fundamentais para uma suposta “civilização” do Oriente. Houve estudiosos que afirmavam que o helenismo se diluiu por todo território conquistado espalhando a superioridade da cultura grega pelo Oriente¹⁰.

Atualmente, há vertentes interpretativas que questionam estas posições tradicionais. Segundo estes especialistas, é de fundamental importância rever esta idéia e libertar o Helenismo desta imagem de superioridade ocidental e agressão justificada. Esta revisão de conceitos e interpretações tem produzido novas interpretações das relações estabelecidas entre os povos que viveram neste momento e as manifestações culturais que se formaram.

A partir da proposta de Martin Bernal, estudiosos tem procurado enfatizar a multiplicidade de aspectos que compõe a cultura helenística e suas diversas raízes. Esta postura nos instiga a refletir sobre as diferentes interpretações das conquistas de Alexandre ao longo do tempo e a maneira como o passado helenístico é relido em diferentes momentos. Estas controversas indicam, também, a urgência e a importância de se refletir sobre a construção de conceitos para o estudo do passado, além de convidar para repensarmos as relações Ocidente/Oriente de maneira menos homogênea e autoritária.

Romanização

¹⁰ Cf. por exemplo, COOK, S.A. (*et alli* – org), *The Cambridge Ancient History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1975, vol. VII.

Assim como o termo *Helenismo*, o conceito de *Romanização* também foi criado em por estudiosos modernos. Segundo Hingley, a idéia Romanização foi empregada de diferentes formas ao longo do século XX para explicar a expansão e conquista de territórios a partir de Augusto¹¹.

Francis Haverfield, no início do século XX, empregou pela primeira o termo Romanização para explicar o desenvolvimento do Império Romano e seu alcance em distintos territórios. Um dos fundadores da Arqueologia Romano-britânica, Haverfield elaborou o conceito de Romanização a partir de suas práticas em escavações em território britânico e da sintonia com as idéias de Mommsen que se formavam naquele momento na Alemanha. Em seus estudos, Hingley, que se define como um intelectual crítico à visão de mundo inglesa de finais do século XIX até meados do XX, afirma que o papel de Haverfield foi essencial para o desenvolvimento da Arqueologia na Inglaterra e na formalização deste conceito que, mais tarde, tornar-se-á um mito de origem pouco questionado¹².

Embora ao longo do século XX o conceito tenha assumido diversas facetas, Hingley e os demais estudiosos que seguem esta perspectiva pós-colonial enfatizam que a idéia de Romanização era, de início, linear, teleológica e profundamente vinculada à visão inglesa imperialista. A base de seu argumento consiste em um estudo amplo das imagens do Império Romano que foram utilizadas para definir a identidade britânica e sua missão de civilizar o mundo. Hingley ressalta, portanto, que é impossível compreender o conceito de Romanização sem recorrer ao momento histórico que fora criado: um período em que ingleses acreditavam que o progresso e a civilização só poderiam chegar sob liderança imperial. Em outras palavras, há uma transposição de valores ingleses para o passado

¹¹ HINGLEY, R., *Roman Officers and English Gentlemen – the imperial origins of Roman Archaeology*, Routledge, Londres, 2000.

¹² Hingley se insere em um grupo de pesquisadores que tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Estes estudiosos assumem uma postura crítica ao neocolonialismo e aos usos políticos da Antigüidade com objetivos nacionalistas e imperialistas. Publicamos, recentemente, a tradução de um artigo seu que resume seus principais pontos de vista: FUNARI, P.P.A. (org), *Repensando o mundo antigo – Jean-Pierre Vernant e Richard Hingley* (tradução Renata C. Beleboni e Renata S. Garraffoni), Textos Didáticos n° 47, IFCH/UNICAMP, 2002. – ISSN: 1676-7055.

romano, isto é, acreditava-se que os ingleses herdaram dos romanos, via descendência bretã, a missão de civilizar povos bárbaros no mundo. Assim como havia uma definição binária inglês/não civilizado, historiadores modernos a transpuseram para uma noção que ainda resiste na historiografia; a idéia da oposição romano/bárbaro.

Em um momento de expansão imperial, a elite inglesa constrói, a partir da Arqueologia e História, interpretações nas quais britânicos e romanos possuíam a mesma missão, ou seja, levar progresso a terras longínquas. Nesta mesma linha interpretativa, Jones acrescenta ainda o fato de que o conceito de Romanização, em sua criação, estava vinculado, também, à aculturação, idéia muito usada pela Antropologia e Sociologia dos anos de 1920, visando uma constante reprodução social¹³.

As observações de Hingley e Jones, resumidas aqui em poucas linhas, são, em nossa opinião, fundamentais para que possamos refletir sobre como um conceito tão arraigado na historiografia nasceu. Contextualizar seu momento de criação, as atitudes políticas daqueles que utilizaram-no e seu posterior desenvolvimento, como fazem ambos em seus respectivos estudos, é uma metodologia que nos leva a refletir sobre a historicidade do conceito e seus limites.

Tanto Hingley como Jones abrem, portanto, caminhos para discutirmos a cultura e identidade romana sob outro viés. Questionando o conceito de Romanização podemos repensar uma perspectiva cristalizada no discurso arqueológico e historiográfico em que ideais romanos universais eram transmitidos aos povos bárbaros com o objetivo de promover civilização. Esta postura em que cultura romana é apresentada sob um prisma monolítico obscurece a heterogeneidade que envolve a negociação de poder e identidade. Os historiadores que seguiram este rumo apresentam, quase sempre, uma identidade romana única e polarizada, construída a partir de oposições: elite/*plebs*, civilizado/bárbaro, ordem/caos, natureza/submissão, fama/infamia, etc.

¹³ JONES, S., *The Archeology of Ethnicity: Constructing identities in the past and present*, Routledge, Londres, 1997, em especial o capítulo 2.

Mas haveria uma maneira de escapar à homogeneidade muitas vezes implícita nestes discursos? Acreditamos que as críticas de Hingley e Jones apontam para esta possibilidade. Procurar um outro caminho é um desafio, mas tem se mostrado muito profícuo. Questionar conceitos e rever sua construção e não aplicá-los de forma acrítica é, em nossa opinião, uma alternativa instigante, pois expressa a procura por diferenças e prováveis conflitos. Pensar que as relações com os locais conquistados pelos exércitos romanos são distintas significa pensar que nem todos as cidades eram iguais e que havia inúmeras possibilidades de atitudes assumidas entre as pessoas que circulavam por suas ruas¹⁴.

Terminamos estas considerações enfocando algumas inquietações que nos acompanham há alguns anos. O conceito de Romanização, como vem sendo aplicado nos estudos sobre a Antigüidade apresenta limitações, pois faz prevalecer os ideais da elite romana, cristalizados na oposição bárbaros/romanos. Nestas interpretações, as camadas populares, quando aparecem nos argumentos, são consideradas prolongamentos da moral, predominante entre os membros da elite romana e, muitas vezes, apresentadas como volúveis ou sem vontade própria.

Seria esta, então, a única perspectiva para uma aproximação do cotidiano popular nos idos do Império? Acreditamos que não e apostamos na necessidade de se pensar em alternativas menos deterministas, pois entre homens e mulheres de diferentes idades, etnias e condições sociais torna-se difícil imaginar que todos aceitassem passivamente a presença romana. Uma maneira de perceber tais conflitos é a partir da contraposição de diferentes tipos de fontes, tanto as escritas como a cultura material produzida neste período. É sobre que nos deteremos a seguir.

¹⁴ Para um exemplo do estudo de conflitos e tensões relacionadas a criminalidade cf. GARRAFFONI, R.S., *Bandidos e Salteadores na Roma antiga*, Annablume/Fapesp, SP, 2002.

FONTE ESCRITA E CULTURA MATERIAL

FONTE ESCRITA

Foi durante o século XIX que os estudiosos definiram a *escrita* como elemento central para a delimitação do conceito de História. A partir deste momento, História passou a ser definida como ciência voltada para o passado a partir de fontes escritas. Por convenção, a invenção da escrita tornou-se, portanto, marco para delimitar o início da História e, por consequência, todo o período anterior passou a ser conhecido como Pré-História¹⁵.

A escrita começou a ser usada em diferentes momentos. No Egito e Mesopotâmia, ela teria aparecido, cerca de mais ou menos cinco mil anos e Grécia a três mil atrás, por exemplo. Em cada lugar, de acordo com suas necessidades e funções, o sistema de escrita se desenvolveu com suas particularidades.

Se considerarmos a escrita como representação gráfica das palavras ou idéias por meio de sinais, nos diferentes locais, distintas representações foram elaboradas. Na Mesopotâmia há a escrita cuneiforme, No Egito os hieróglifos, na Grécia parte de uma escrita mais antiga segue, ainda, sem tradução. As escritas de períodos posteriores, conhecida como *linear* era de prática dos escribas e somente com as relações com os fenícios e a adoção de parte de seu alfabeto, os caracteres se tornaram mais simplificados.

Em Roma desenvolveu-se o alfabeto latino e na América pré-colombiana, a escrita também se fazia presente, embora boa parte dela não tenha sido decifrada. Os *quipus* incas ou os desenhos dos calendários maias indicam a complexidade da organização destes povos.

¹⁵ Sobre esta questão cf. NOELLI, F.S. e FUNARI, P.P.A., *Pré-História do Brasil*, Ed. Contexto, S.P., 2002.

O estudo dos documentos escritos dos povos antigos nos faz refletir sobre as constituições culturais, políticas, sociais destas sociedades, além de ser um campo interessante para pensarmos as relações que cada povo estabelecia com o ato de escrever. Estas nuances se tornam mais claras quando exploramos sociedades distintas. Tomemos como exemplo a **Mesopotâmia e Roma**, pois as relações destes povos com a escrita se desenvolveram de maneiras distintas: enquanto na Mesopotâmia a escrita era de domínio dos escribas, em Roma ela foi muito difundida, dada a importância que a ela foi atribuída. **Por estarem em ambientes tão diversos e expressarem universos tão diferentes, a contraposição destas duas sociedades antigas, pode nos ajudar em reflexões acerca deste fenômeno cultural.**

Mesopotâmia

A escrita mesopotâmica é conhecida como **cuneiforme**. A origem do nome é latina e vem de *cuneus* que significa cunha e alguns traduzem como canto. Como na região não havia papiro, escrevia-se em tábuas de argila e a incisão se dava com um estilete em três dimensões: altura, largura e profundidade.

A escrita cuneiforme pode representar várias línguas como sumério, o acádio, o babilônico, entre outras. Foi totalmente decifrada em finais do século XIX. Muitos especialistas consideram a escrita cuneiforme como sendo uma língua diplomática e administrativa do Oriente Antigo.

No entanto, há diferentes tipos de documentos escritos nas argilas. Entre eles encontramos narrações de mitos, textos religiosos, contratos, testamentos, processos, cartas privadas, entre outros. Em sua grande maioria eram escritos pelos *escribas*, funcionários especializados, pois demandava bastante tempo para que a pessoa dominasse totalmente os seus símbolos. Neste sentido, **percebe-se que o domínio da escrita se restringia a poucos membros da elite com uma formação altamente especializada e indicava um *status* social. Cabe ressaltar ainda que, embora muitos destes documentos se refiram as camadas populares, como os trabalhadores, por exemplo, elas dificilmente foram escritas por eles.**

Roma

Já em Roma a situação era bem distinta. A escrita não era privilégio da elite. Embora boa parte dos textos que chegou até nós seja de membros da aristocracia, como as obras filosóficas, literárias, cartas e documentos administrativos, os populares também deixaram seus registros.

Isto ocorre porque a escrita em Roma era muito mais difundida. Os romanos costumavam escrever em diferentes lugares e não só nas tabuinhas ou papiros. Havia as inscrições oficiais e comemorativas escritas em letras grandes para serem vistas de longa distância. Havia outras que eram pequenas, de caráter popular, e estavam nas mais distintas superfícies, como ânforas e paredes, por exemplo. Esta categoria de inscrições constitui os chamados grafites que podem ser pintados ou incisões com estilete sobre a parede ou barro das vasilhas e ânforas.

Os temas dos grafites são muito variados. São breves objetivos, imediatos e em geral expressam sentimentos daquele que escreveu¹⁶. Raiva, amor, ironia, saudades, alegrias, tristezas, vitórias, derrotas, charadas, resultados de lutas de gladiadores, dizeres afetivos, erótico.... Há uma infinidade destas inscrições nas paredes de Pompéia (sul da península itálica) e outros edifícios públicos ou casas espalhadas pelo território ocupado pelos romanos.

A quantidade de inscrições encontradas até hoje em escavações é muito grande. No século XIX Mommsen atentou para o fato e organizou seus alunos em equipes para catalogá-las dando origem ao *Corpus Inscriptionum Latinarum*, publicado até hoje pelos estudiosos.

Estas breves considerações nos fazem refletir sobre duas situações distintas e duas maneiras bem diversas de tratar a escritura. Na Mesopotâmia a escrita era conhecida e dominada por poucos, os escribas, e possui um caráter sagrado. Embora os textos sejam de

¹⁶ FUNARI, P.P.A., *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*, S.P., Contexto, 1989.

variados temas, temos acesso as visões de mundo destes grupos específicos da sociedade mesopotâmica que estudavam a fundo esta prática.

Em Roma, por outro lado, a escrita era mais difundida. Havia as de caráter oficial e as populares. Com um alfabeto mais simplificado, mais pessoas tiveram acesso a escrita, inclusive membro das camadas populares, deixando registros de um latim popular falado e conhecido em diversas regiões do Império. Mais que um caráter sagrado e de domínio de poucos, em Roma a escrita era de domínio de muitas pessoas, expressando diferentes visões de mundo em várias proporções.

CULTURA MATERIAL

Embora exista um predomínio do uso da documentação escrita para a escrita da História em geral, no caso específico do mundo antigo o diálogo com a Arqueologia sempre desempenhou um papel importante. Criada no século XIX, a Arqueologia e os primeiros modelos interpretativos que foram desenvolvidos se estruturaram na Europa, a partir da busca pelas origens e o estabelecimento das identidades nacionais.

Esta proximidade com o saber histórico do período, isto é, recorrer ao passado para uma explicação sobre as sociedades presentes, fez com que, durante muito tempo, a Arqueologia fosse considerada uma ciência auxiliar da História. Muitos intelectuais afirmaram que o papel do arqueólogo consistia apenas em coletar artefatos e objetos artísticos para serem analisados por historiadores e a disciplina acabou, por algum tempo, reduzida ao *status* de técnica, ou seja, seu objetivo seria recolher e classificar objetos para que *a posteriori* fossem analisados por cientistas sociais.

Assim como ocorreu em outras áreas das ciências humanas, ao longo do século XX os métodos e concepções da Arqueologia foram questionados por diferentes correntes intelectuais que se formaram tanto nos Estados Unidos como na Europa. Neste sentido, para além de uma transformação nos pressupostos teóricos da disciplina, estas críticas

acabaram alterando, inclusive, a relação da Arqueologia com as demais ciências sociais e redefinindo o papel do profissional na área.

Muito embora a noção de “disciplina auxiliar” ainda hoje esteja presente em alguns meandros do mundo acadêmico, cada vez mais a Arqueologia tem se firmado como uma disciplina independente que constrói seu conhecimento a partir da cultura material, mesmo que intimamente ligada à História.

Esta nova possibilidade de diálogo contribuiu com o questionamento de posturas mais tradicionais e abriu-se um espaço para o surgimento de interpretações que trouxeram outras possibilidades para se pensar as camadas populares.

Objetos de uso cotidianos, como lamparinas ou ânforas, vasos pintados, mosaicos, inscrições parietais, funerárias ou de grandes monumentos, armas, a arquitetura das cidades, por exemplo, livres da tarefa de comprovar os textos escritos pelas elites, tornam-se objetos de grande valor para o estudo das camadas populares menos favorecidas.

Neste sentido, os diálogos entre a História e outras disciplinas abriram espaço para novas interpretações, para o estudo de diferentes facetas de uma mesma sociedade, para visibilizar as diferenças e ouvir as vozes de sujeitos. Estes estudos das sociedades antigas trouxeram para cena as mulheres, os libertos ricos e pobres, os escravos, os bandidos, as prostitutas, baixo escalão do exército, camponeses, enfim, os sujeitos que, até então, tinham sido amontoados sob o rótulo de povo ou excluídos dos discursos sobre o passado.

PAPER:
OS LIVROS ESCOLARES E A HISTÓRIA ANTIGA

Pedro Paulo A. Funari

Abstract

The paper aims at exploring the importance of a critical approach for the study of ancient history through the use of textbooks. It emphasises the key role a first hand knowledge of the ancient world plays in empowering people as creative thinkers, capable of understanding his or her own society.

Key words: Ancient history, empowerment, first hand knowledge, critical thought.

Resumo

O artigo visa discutir a importância de uma abordagem crítica para o estudo da História antiga, por meio do uso de livros didáticos. Enfatiza o papel central que o conhecimento de primeira mão do mundo antigo possui ao permitir que as pessoas se tornem pensadores criativos, capazes de compreender sua própria sociedade.

Palavras chaves: História Antiga, conhecimento de primeira mão, pensamento crítico.

O ensino de História Antiga é capital para a formação de uma cidadania crítica. Há muitas décadas, Antonio Gramsci escrevia, no *Quaderno 12*, com bons argumentos, sobre como é importante e não abandonável o estudo das línguas mortas. Estuda-se o latim e o grego, dizia Gramsci, “não para ser camareiro, intérprete, correspondente comercial, mas para conhecer, diretamente, a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da civilização moderna, ou seja, para sermos nós mesmos e nos conhecermos de maneira consciente”. Mas, porque começar pelas línguas antigas?

Ora, sabemos que a História se faz com documentos, não apenas escritos, mas também a partir deles. Não se pode conhecer, de forma razoável, uma civilização, se não conhecermos sua língua, seus conceitos, suas formas de expressão (Funari 1995). O âmago de um povo está em sua língua, sem a qual a vida social não se estrutura (Vernant 1999). A língua condiciona a cultura e os conceitos derivam dos limites e possibilidades de sua estrutura lingüística (Rouanet 2001:15). Essas constatações universais adquirem, quanto ao grego e ao latim, um aspecto ainda muito mais premente: a ubiqüidade dessas línguas nas épocas posteriores e, particularmente, em nossa própria, tornam-nas ainda mais cruciais. De fato, boa parte dos conceitos modernos implicam uma reapropriação de noções oriundas do mundo clássico, como bem nos tem lembrado Heinhart Koselleck (e.g. *Begriffsgeschichte und Sozialgeschichte*) em seus estudos sobre a *Begriffsgeschichte* e a contemporaneidade dos não contemporâneo (*Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen*). Voltaremos a isto um pouco mais adiante.

Retornemos ao pensador italiano. O estudo das línguas clássicas possui ainda, segundo Gramsci, um outro aspecto positivo: é um estudo árduo, que serve para “fazer contrair hábitos de exatidão, diligência, compostura, até mesmo física, concentração psíquica sobre determinados objetos que não se podem adquirir sem uma repetição mecânica de atos disciplinados e metódicos”. Assim, um adulto será capaz de estar sentado a estudar “por dezesseis horas seguidas” apenas se, de criança, houver absorvido “os hábitos apropriados por coerção mecânica”. Para o estudioso sardo, além disso, o estudo do latim era fundamental para o conhecimento da língua franca da península, ainda tão pouco

difundida em sua época, o italiano, “o italiano é o latim moderno”. Ainda nestes comentários, é o presente a premer pelo estudo do passado, as línguas mortas são partes de uma formação dura, trabalhosa, mas cujos resultados serão, também, mais resistentes.

O leitor ou ouvinte incauto poderá se perguntar se tais virtudes gramscianas não seriam válidas para os longínquos anos 30 do século passado, substituídas pela moleza e facilidades da era digital (cf. Canfora 2001). Com o uso de traduções, já não se precisaria conhecer os originais. Com os programas de tradução, o monoglota bastaria. Dezesseis horas de estudo por dia, nem pensar! Contudo, Gramsci buscava algo que nenhuma tecnologia moderna pode fornecer: consciência crítica, ou, em suas palavras, *essere se stessi e conoscere se stessi consapevolmente*.

Recentemente, Cláudio de Moura Castro (2001) refletia sobre os valores embutidos na concepção corrente da educação em nosso meio, que valoriza a artimanha, o brilho e o compadrio, em detrimento do estudo. “Nossa educação ainda valoriza o aluno genial, que não estuda – ou que, paradoxalmente, se sente na obrigação de estudar escondido e jactar-se de não fazê-lo. O cê-dê-efe é diminuído, menosprezado, é um pobre-diabo que só obtém bons resultados porque se mata de estudar. A vitória comemorada é a que deriva da improvisação, do golpe de mestre”.

Isto nos conduz à questão central desta intervenção. O abandono da Antigüidade clássica como objeto de reflexão, ou seu conhecimento de segunda mão, leva ao aprofundamento do fosso entre a formação cultural das elites e das massas. O mundo clássico pode aparecer tanto como inspirador da luta pela liberdade e pela igualdade, como pode, mais comumente, servir para justificar o *status quo* patriarcal e opressivo. À elite assimilada ao Ocidente, a Grécia antiga pode significar pureza étnica, superioridade cultural ariana, justificativa da escravidão (Bernal 1994: 121). Esta postura justifica os “homens bons” pelos *aristoi k’agathoi*, o desprezo pelo trabalho pelo culto aristocrático da *skholé* (Wood 1989:1-41), a superioridade racial pela repulsa aos *barbaroi*, de forma que a cultura européia, da elite exploradora, se dissociasse da africana e oriental (Bernal 1991: 213). O latim e o grego, transformados em línguas de dominação, servem para mostrar a

superioridade da inflexão, *Umlaut* e *Ablaut* como exemplos da suposta primazia lingüística a justificar a dominação social (Bernal 1993:675).

A invenção e uso de uma Antigüidade clássica opressora é, portanto, muito anterior, mas muito mais persistente, do que os mais conhecidas e criticadas apropriações fascistas de princípios a meados do século XX (Visser 1992; Giordano 1993). As palavras de Carl Schmitt, em 1934, sobre a identificação do déspota com o direito, inspiradas tanto na tirania grega, como no direito imperial romano, retratam bem não apenas os lemas do nazismo como as aspirações de poder de nossos senhores da terra:

der wahre Führer ist immer auch Richter. Aus der Führung fließt das Richtertum. In Wahrheit war die Tat des Führers echte Gerichtsbarkeit. Sie untersteht nicht der Justiz, sondern war selbst höchste Justiz (“o verdadeiro Líder é sempre também juiz. Da liderança decorre o direito. Na verdade, a ação do líder já era lúdima justiça. Ela não se subordina à justiça, ao contrário, constitui-se na mais alta justiça”, in Hofer 1957:105).

Não é este o poder discricionário de nossos seculares senhores (cf. Metcalf 1990: 291)? As aristocracias modernas se inspiravam nas antigas (Wood 1989: 47-8), Napoleão levava para o campo de batalha os clássicos, cuja leitura julgava indispensável (Ferrero 2000).

Mas a Antigüidade não precisa ser arma da opressão, elemento de alienação. Neste sentido, Virgílio vem à mente, lido pelos inconfidentes mineiros, como inspirador da busca da liberdade (Bucólica I, vv. 27-28:

*Et quae tanta fuit Romam tibi causa uidendi?
Libertas, quae, sera, tamen respexit inertem.*

(E qual o motivo tão grande de visitares Roma?

A Liberdade, que, embora tardia, contudo olhou favoravelmente para mim, inerte).

Os incofidentes sabiam de cor a primeira Bucólica virgiliana, de onde retiraram seu lema pela liberdade. Os camponeses espoliados das Bucólicas inspiraram a revolta dos mineiros, *totis turbatur agris* (v.6), “com as perturbações em todos os campos” (cf. Moura 1998). *Libertas quae sera tamen*, “A Liberdade, esta, ainda que tardia, contudo olhou favoravelmente para mim, que nada fiz”. A grandeza do mundo antigo, das civilizações grega e romana, assim como outras, está em seu ecletismo, em suas múltiplas origens e características (Bernal 1991). A diversidade cultural antiga pode e deve ser apresentada em contraposição ao discurso da superioridade cultural das elites, no passado e no presente (cf. Funari 1997). Os textos clássicos, lidos com acribia (Canfora 2000:22) e visão crítica, servem para opor-se à opressão (cf. Pachoud 1997).

Os livros didáticos, muitas vezes, adotam uma visão herdeira dos ideais aristocráticos das elites européias e brasileiras, apresentando o “milagre grego” como prova a superioridade de uns poucos e a inferioridade de muitos. Os modelos interpretativos correntes são normativos e holísticos, como se houvesse uma única cultura grega ou romana (aquela da elite), cujos preceitos seriam forjados pela aristocracia e aceitos pelas massas antigas. O trabalho seria, assim, desonroso, do qual se furtariam os bem nascidos e tentariam se livrar os outros (Wood 1989 *passim*). Estes modelos normativos tendem a reforçar uma leitura pouco crítica da História e a reiterar as desigualdades no presente. Na esteira dos modelos normativos, muitas vezes desaparecem as classes e, *a fortiori*, os conflitos de classe, seja porque não haveria classes no mundo antigo, seja porque conflitos não seriam o motor da História, movida a consenso e submissão dos inferiores aos superiores. Misturam-se contextos antigos e modernos, como se houvesse essências inefáveis que permitissem afirmar, por exemplo, que a democracia existiu na Antigüidade e no mundo contemporâneo, assim como se pode incentivar não a reflexão histórica, que distinguiria a democracia antiga da moderna, mas que estimula o senso comum da curiosidade.

É possível que o livro didático escape a esses discursos alienantes e conservadores do *status quo*? A pergunta não é retórica, pois não raro se acaba culpando a

forma, no caso, o livro didático, por um problema de conteúdo. Os livros são sempre bons, até mesmo os piores livros didáticosⁱ. Afinal, leitores ativos, críticos podem ser estimulados a desconstruir qualquer discurso. Não se trata, portanto, de acabar com o livro, mas em lutar por melhores conteúdos, assim como por melhores condições de estudo e de trabalho na escola. A diversidade cultural, um dos grandes *maitre-mots* dos PCNs, está a sugerir um conteúdo menos normativo, menos enredado na História dos vencedores e nas interpretações que privilegiam um passado feito de arreglos entre parceiros de um sistema de compadrio e clientela, em lugar das lutas e conflitos. A diversidade cultural (cf. Vernant in Belebony 2000: 117) permite que se busque compreender gregos e romanos, mas também outros povos da Antigüidade, aristocratas e guerreiros, mas também camponeses e escravos, homens, mas também mulheres.

A História da Antigüidade surge, então, como elo de ligação constante da realidade atual com suas origens ideológicas. O direito romano, base de nosso sistema jurídico, precisa ser conhecido, para que possa ser relacionado com seus usos no presente (cf. Rossi 2000), como o mostra, a recente tradução ao chinês (*Jornal da Tarde* 9/6/1996, D, p. 7). Na verdade, são todas as nossas instituições a exigir um recuo ao mundo antigo, sem o qual a compreensão do presente será, no máximo, parcial. Partindo das aporias do cotidiano de nossos estudantes, pode-se chegar à Antigüidade de forma não apenas lúdica e prazerosa, como também e principalmente, *significativa* para a vida desses jovens.

CATÁLOGO

FIGURAS – LEGENDAS:

1. Mapa do Antigo Oriente (Korovkin, 1985)
2. Mapa do Egito Antigo e Hieróglifo (Korovkin, 1985)
- 3 e 4. Hieróglifo (Korovkin, 1985)
5. Mapas da expansão agrícola na Antigüidade (Pinsky, 2002)
6. Mapa da antiga Palestina (Moscati, 1953)
7. Mapa da localização dos povos semitas (Moscati, 1953)
8. Mapas da Mesopotâmia em diferentes períodos (Moscati, 1953)
9. Quadro cronológico das civilizações orientais (Cazelles, 1986)
10. Exemplos de diferentes alfabetos utilizados por povos egípcios, hebreus, fenícios e gregos (Lods, 1956)
11. Representação da escrita cuneiforme, texto do Dilúvio Sumério (Kramer)
12. Tradução do Dilúvio Sumério e da Arca de Nôe Bíblica (Kramer)
13. Mapas da Grécia e principais colônias (Korovkin, 1985)
14. Vasos gregos com cenas mitológicas (Korovkin, 1985)
15. Vasos gregos com cenas mitológicas (Korovkin, 1985)
16. Detalhes de pinturas de vasos gregos com cenas mitológicas (Korovkin, 1985)
17. Detalhes de pinturas de vasos gregos com cenas mitológicas e eróticas (Korovkin, 1985)
18. Vasos gregos com figuras femininas e guerreiros (Korovkin, 1985)
19. Mapas das conquistas de Alexandre, o Grande (Korovkin, 1985)
20. Comentários da batalha de Íssus, em que Alexandre derrota Dario, escritos por Arriano Xenofonte, meados do século II d. C. (Funari, 1995b).
21. Mapa da expansão do Império Romano (Korovkin, 1985)
22. Braceletes e mapa da Grã-Bretanha em época de conquista romana (Hubert, 1957)
23. Instrumentos para escrita em tabuinhas de cera (*stilus*) e alguns exemplos de tabuinhas encontradas em Vindolanda, acampamento militar romano na *Britannia*. (Birley, 1990).

24. Tradução da carta de Cláudia Severa, original encontrada em Vindolanda. (Funari, 1995a).
25. Marcha do exército romano e organização das legiões (Hodge, 1984)
26. Texto de Varrão sobre os cargos e magistraturas romanas. (Funari, 1995b).
27. Mapa da desintegração do Império Romano (Korovkin, 1985)
28. Carta de Santo Agostinho criticando ação dos pagãos. Documento escrito em um momento de conflitos entre cristãos e pagãos no norte da África. (Oliveira, 2000).

BIBLIOGRAFIA

OBRAS CITADAS E DAS FIGURAS ESCOLHIDAS

- BANN, S., 1990. *As invenções da História – Ensaio sobre a representação do passado*, Ed. Unesp, S.P.
- BIRLEY, R., 1990. *The Roman documents from Vindolanda*, Vindolanda.
- CAZELLES, H. 1986. *História Política de Israel*. São Paulo, Paulinas.
- COOK, S.A. (et alli – org), 1975. *The Cambridge Ancient History*, Cambridge University Press, Cambridge, vol. VII.
- FUNARI, P.P. A. 2003. “A renovação no ensino de História Antiga”, *História na Sala de Aula*, Leandro Karnal (org.), São Paulo, Contexto, 95-108.
- FUNARI, P.P.A. (org), 2002. *Repensando o mundo antigo – Jean-Pierre Vernant e Richard Hingley* (tradução Renata C. Belebony e Renata S. Garraffoni), Textos Didáticos nº 47, IFCH/UNICAMP. – ISSN: 1676-7055.
- FUNARI, P.P.A. (org.), 2003. *Repensando o Mundo Antigo*, textos de Martin Bernal e Laurent Olivier, tradução de Fábio Adriano Hering e Glaydson José da Silva. Campinas, IFCH/UNICAMP. ISSN 1676-7055, 62 pp. (Coleção Textos Didáticos n. 49).
- FUNARI, P.P.A., 1995a. “Romanas por elas mesmas”, *Cadernos Pagu*, 5, pp. 179-200.
- FUNARI, P.P.A., 1995b. *Antigüidade Clássica: História e Cultura a partir dos documentos*, Ed. da Unicamp, Campinas.
- FUNARI, P.P.A., 1989. *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*, S.P., Contexto.
- FUNARI, P.P.A., 2001. *Grécia e Roma*, Ed. Contexto, S.P.
- FUNARI, P.P.A., 2001. Resenha de Thomas C. Patterson, “Inventing Western Tradition”, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997, *Crítica Marxista*, 12, 172-174.
- GARRAFFONI, R.S., 2002. *Bandidos e Salteadores na Roma antiga*, Annablume/Fapesp, SP.
- HINGLEY, R., 2000. *Roman Officers and English Gentlemen – the imperial origins of Roman Archaeology*, Routledge, Londres.
- HODGE, P. 1984. *The Roman Army*. Londres, Longman.

- HUBERT, H. 1957. *Los celtas y la expansión céltica, hasta la época de La tène*. México, UTEHA.
- JONES, S., 1997. *The Archeology of Ethnicity: Constructing identities in the past and present*, Routledge, Londres.
- KOROVKIN, F. 1985. *History of the Ancient World*. Moscou, Progress Publishers.
- KRAMER, S.N. *A História Começa na Suméria*. Lisboa, Difel, s.d.
- LODS, A. 1956. *Israel, desde los orígenes hasta mediados del siglo VIII (a. de C.)*. México, UTEHA.
- MOSCATI, S. 1953. *Geschichte und Kultur der semitischen Völker*. Stuttgart, Kohlhammer.
- NOELLI, F.S. e FUNARI, P.P.A., 2002. *Pré-História do Brasil*, Ed. Contexto, S.P.
- OLIVEIRA, J.C.M., 2000. “O conflito entre pagãos e cristãos numa cidade africana no final do século IV (Agostinho de Hipona, Carta 50), in: *Boletim do CPA*, IFCH/UNICAMP, Campinas, pp. 241-244.
- PINSKY, J. 2002. *As antigas civilizações*. São Paulo, Contexto.
- SHAW T., SINCLAIR, P., OKPOKO, A. eds. 1995. *The Archaeology of Africa*. Londres, Routledge.
- WHITE, H., 1994. “O fardo da História”, in: *Trópicos do discurso*, Edusp, S.P., pp. 39-63.

OBRAS CITADAS ESPECIFICAMENTE NO PAPER

- Beleboni. R. C. Jean-Pierre Vernant e as Ciências Sociais: a busca pela compreensão do universo mental do homem grego, entrevista com J.P. Vernant, *Boletim do CPA* 8/9, 115-122.
- Bernal, M. 1991 Response do Edith Hall, *Arethusa*, 24, 2, 203-213.
- Bernal, M. 1993 Essay review, Paradise Glossed, *Studies in History and Philosophy of Science* 24, 4, 669-675.
- Bernal, M. 1994 The image of Ancient Greece as a tool for colonialism and European hegemony, *Social Construction of the Past*, G. Bond and A. Gilliam (eds), Londres, Routledge, 119-128.

- Canfora, L. 2000 Elogio della filologia, contro i pedanti e gli incompetenti, *Corriere della Sera*, 15/8/2000, p. 22.
- Canfora, L. 2001 Da Gramsci lezioni di latino al ministro, *Corriere della Sera*, 15/3/2001, p.22.
- Ferrero, E. 2000 *N. Milão*, Einaudi.
- Castro, C.M. 2001 Quem são nossos ídolos?, *Veja*, 6/6/2001, p. 22.
- Funari, P.P.A. 1995 *A Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- Funari, P.P.A. 1997 Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antigüidade Clássica no Brasil, *Boletim do CPA*, 3: 83-98.
- Giordano, F. 1993 *Filologi e fascismo. Gli studi di letteratura latina nell' 'Enciclopedia Italiana'*. Nápoles, Arte Tipografica.
- Hofer, W. 1957 *Der Nationalsozialismus, Dokumente 1933-1945*. Frankfurt, Fischer.
- Metcalf, A.C., 1990 Women and means: women and family property in colonial Brazil, *Journal of Social History* 24,2, 277-298.
- Moura, G. 1998 Verso e reverso da Liberdade, *Estado de Minas, Pensar*, 18/4/1998, p.6.
- Pachoud, F. 1997 Os antigos podem nos ajudar hoje, *Jornal da USP*, 6 de outubro de 1997, p. 11.
- Rossi, G. 2000 *Il ratto delle Sabine*. Roma, Piccola Biblioteca Adelphi.
- Rouanet, S.P. 2001 Saudades de Roma, *Folha de São Paulo, Mais!*, 10/6/2001, 15-16.
- Vernant, J.P. 1999 Entrevista, *Folha de São Paulo*, 31/10/1999, 5, p. 6.
- Visser, R. 1992 Fascist doctrine and the cult of Romanità, *Journal of Contemporary History*, 27, 5-22.
- Wood, E.M. 1989 *Peasant-Citizen and Slave, The Foundations of the Athenian Democracy*. Londres, Verso.
- Wood, E.M. 1989 Oligarchic "Democracy", *Monthly Review* 41, 3, 42-51.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colegas André Leonardo Chevitaese, Margaret Bakos, Renata Cardoso Beleboni, Martin Bernal, Richard Hingley, Siân Jones, Margareth Rago, Ellen Meikins Wood e o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos e Centro de Pensamento Antigo, ambos da UNICAMP e a Universidade Federal do Paraná. Em especial, agradecemos a Marilza A. da Silva, do Setor de Publicações do IFCH, pelo cuidado na preparação das imagens para publicação deste volume. A responsabilidade pelas idéias, naturalmente, restringe-se aos autores.
